

# EDUCAÇÃO

## Boletim Informativo

# Índice

|    |  |
|----|--|
| 03 | II Reunião do Grupo Nacional de Direitos Humanos e Reunião COPEDUC   |
| 04 | Recomendação prevê adoção de medidas de combate à evasão escolar nos municípios baianos                          |
| 05 | MP debate importância de ações institucionais para fortalecimento da educação na Bahia                           |
| 06 | Município de Juazeiro se compromete a adequar escolas para atendimento a pessoas com deficiência                 |
| 07 | Ação simultânea do programa 'Saúde + Educação' inspeciona 28 escolas e postos de saúde em Salvador e interior    |
| 08 | MP vai cooperar com a OMS em ações para o Dia Mundial da Segurança dos Alimentos                                 |
| 09 | Evento reforça importância da acessibilidade para garantia do direito à educação                                 |
| 10 | Município de Juazeiro é acionado para corrigir irregularidades em unidade de ensino                              |
| 11 | 1º Roda de conversa do PME 2022  |
| 12 | Escola Politécnica Brasileira firma acordo com MP para regularizar funcionamento dos cursos técnicos à distância |

## II Reunião do Grupo Nacional de Direitos Humanos – GNDH e Reunião COPEDUC



Nos dias 29 e 30 de junho houve a II Reunião do GNDH e Reunião das Comissões Permanentes. O evento contou com a participação de Procuradores Gerais de justiça, Conselheiros do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP e aproximadamente 200 membros dos Ministérios Públicos.

O segundo dia do evento foi marcado pela apresentação e aprovação de propostas, notas técnicas e diretrizes das sete Comissões Permanentes que integram o GNDH (Idoso e Pessoas com Deficiência, Violência Doméstica, Meio Ambiente, Infância e Juventude, Direitos Humanos em Sentido Estrito, Saúde e Educação).

O Coordenador do CEDUC, promotor de justiça Adalvo Dourado, integrante da Comissão Permanente da Educação (COPEDUC), participou de aprovação de enunciados/notas técnicas, apresentação de boas práticas e palestras. Os principais temas abordados foram sobre o financiamento público da educação, ficha de aluno infrequente, integração entre órgãos de execução (MEC) e controle, dentre outros temas.

## Recomendação prevê adoção de medidas de combate à evasão escolar nos municípios baianos



Os Ministérios Públicos Estadual e de Contas assinaram em reunião realizada no dia 03 de junho, [recomendação conjunta](#) que será expedida aos prefeitos dos municípios baianos para que promovam a busca ativa de crianças e adolescentes que estão fora da escola. O documento foi assinado digitalmente pela procuradora-geral de Justiça Norma Cavalcanti e a procuradora-geral de Contas Camila Vasquez Gomes.

Na recomendação, as chefes dos MPs ressaltam que a estratégia para realização da busca ativa deverá ser aquela que melhor atenda e se adeque aos interesses municipais, levando-se em conta as particularidades e individualidades locais.

Os gestores municipais também serão orientados a intensificar e acompanhar os alunos já matriculados nas redes de ensino, a fim de prevenir o abandono e a evasão escolar.

A recomendação também será emitida aos promotores de Justiça com atribuição na área de educação para que solicitem às secretarias municipais e estadual de Educação que informem as medidas adotadas para o enfrentamento da infrequência, do abandono e da evasão escolar, as parcerias estabelecidas e os resultados obtidos.

Estiveram presentes na reunião o procurador-geral de Justiça Adjunto Paulo Marcelo Santana e do promotor de Justiça Adalvo Dourado, coordenador do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação (Ceduc).

Fonte: Imprensa MPBA (Texto adaptado)

[Leia na íntegra](#)

# MP debate importância de ações institucionais para fortalecimento da educação na Bahia



A relevância do desenvolvimento de ações institucionais para o fortalecimento do direito à educação na Bahia foi destacada no dia 7 de junho, durante a realização de mesa-redonda que integrou o 'XXIV Encontro Estadual da UNCME'. O evento ocorreu em Vitória da Conquista e contou com a participação do coordenador do CEDUC, promotor de Justiça Adalvo Dourado, que ressaltou a importância do fortalecimento dos Conselhos Municipais de Educação e do papel do MP no atingimento dos objetivos estabelecidos na Constituição Federal, principalmente na garantia dos direitos fundamentais e da defesa da ordem democrática.

Adalvo Dourado aproveitou a oportunidade para abordar a relevância da ação resolutiva do MP mediante os processos administrativos que fiscalizam as políticas públicas no campo da educação. Ele também citou alguns documentos elaborados pelo CEDUC para orientar a atuação dos promotores de Justiça e fez referência à recomendação conjunta da procuradora-geral de Justiça Norma Angélica e a procuradora-geral de Contas Camila Vasquez expedida aos prefeitos dos municípios baianos para que promovam a busca ativa de crianças e adolescentes que estão fora da escola. O encontro promovido pela União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME) teve como tema central 'Os desafios do direito à educação em tempos de (pós) pandemia e o papel dos municípios: do planejamento à gestão democrática'.

Redator: Maiama Cardoso MTb/BA - 2335

## Município de Juazeiro se compromete a adequar escolas para atendimento a pessoas com deficiência

O Município de Juazeiro assinou Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) proposto pelo Ministério Público estadual para a adequação das escolas da cidade para o atendimento às pessoas com deficiência. O documento foi assinado pela prefeita Suzana Ramos e pelo promotor de Justiça Alexandre Lamas.

No acordo, o Município se compromete a promover as adaptações e adequações físicas das escolas da rede municipal de ensino para o atendimento das pessoas com deficiência até o dia 31 de dezembro de 2024. As normas vigentes referentes à acessibilidade deverão ser observadas na construção de novas escolas, reformas ou ampliações na estrutura física das escolas já existentes.

**Fonte: Imprensa MPBA**



## Ação simultânea do programa 'Saúde + Educação' inspeciona 28 escolas e postos de saúde em Salvador e interior



O Ministério Público estadual promoveu nesta quinta-feira (12) uma ação simultânea do programa 'Saúde + Educação' nos municípios de Salvador, Cruz das Almas, Euclides da Cunha e Jequié. No total foram inspecionadas 13 unidades de saúde e 15 escolas na capital e interior.

Participaram da ação em Salvador os promotores de Justiça que atuam na área de saúde Carlos Robson; Patrícia Medrado, coordenadora do Centro de Apoio Operacional da Saúde (Cesau); Rosa Patrícia Salgado, gerente do programa 'Saúde + Educação'; Rogério Queiroz; Cláudia Virgínia Santos; Thainna Rusciolelli; e Ricardo Menezes; além dos promotores de Justiça da área de educação Valmiro Macedo, Claudia Elpídio e Adelina de Cássia. Eles inspecionaram virtualmente o Colégio Estadual Cleriston Andrade, e as escolas Theodoro Sampaio e Jorge Amado. O programa institucional do MP 'Saúde + Educação' têm o objetivo de acompanhar e fiscalizar a infraestrutura das unidades de ensino, contribuindo para melhorias nos estabelecimentos.

No interior participaram das visitas os promotores de Justiça Adriano Marques, em Cruz das Almas; Samory Pereira, em Euclides da Cunha; e Juliana Rocha, em Jequié.

Fonte: Imprensa MPBA (Texto adaptado)

[Leia na íntegra](#)

## MP vai cooperar com a OMS em ações para o Dia Mundial da Segurança dos Alimentos

As ações da Organização Mundial de Saúde (OMS) para o Dia Mundial da Segurança dos Alimentos contarão com a cooperação do Ministério Público estadual, por meio do programa 'Escola Sustentável'. A data tem o dia 7 de junho como marco oficial do período de campanhas promovidas para a conscientização da sociedade e do poder público sobre a segurança dos alimentos.

A cooperação foi estabelecida através da promoção de evento no Município de Santaluz, com previsão para o dia 3 de junho, com ações, palestras e treinamentos sobre a temática "A segurança dos alimentos", voltada à alimentação escolar. Além disso, o Dia Mundial da Segurança dos Alimentos será incluído no calendário anual das ações planejadas do programa, com atividades específicas nesses dias.

A promotora de Justiça Letícia Baird, que coordena o Programa Escola Sustentável, pontuou que: “a alimentação escolar, ademais de poder proporcionar o acesso de crianças à alimentação saudável, é uma política pública com um grande potencial para o enfrentamento de outras importantes questões coletivas, como: saúde pública, erradicação da pobreza e meio ambiente. Para o Escola Sustentável, unir-se à OMS é um grande passo visando ao fortalecimento de iniciativas e instituições comprometidas com as Metas Globais.”

O programa Escola Sustentável é uma iniciativa do MPBA para o fomento da política pública da alimentação escolar, visando à promoção de sua qualidade, segurança alimentar e combate à desnutrição e obesidade infantil, para concretização do Programa Nacional da Alimentação Escolar e com alinhamento aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas

Fonte: Imprensa MPBA (Texto adaptado)

# Evento reforça importância da acessibilidade para garantia do direito à educação



“Barreiras arquitetônicas não podem ser entrave à entrada e permanência de alunos nas escolas”. Com essas palavras, o coordenador do Centro de Defesa da Educação (Ceduc), promotor de Justiça Adalvo Dourado, abriu a ‘Oficina Conjunta Mobilidade Urbana e Acessibilidade’ realizada no dia 13 de maio pelo Ministério Público estadual.

Segundo Adalvo Dourado, no Ministério Público estadual, o trabalho em prol da garantia da acessibilidade vem sendo construído entre várias áreas de atuação, como Educação, Meio Ambiente, Infância, Direitos Humanos e Central de Apoio Técnico (Ceat).

Para a professora e doutora em Arquitetura, Marília Cavalcante, o baixo número de pessoas com deficiência em cursos de nível superior é um das consequências da falta de acessibilidade. Ao palestrar sobre o tema, ela destacou que o marco legal da acessibilidade é consistente, mas há um longo caminho a se percorrer para efetivá-lo.

Marília Cavalcante abordou ainda a importância da aplicação do desenho universal de acessibilidade e reforçou que esse é um direito humano. Falou também sobre a metodologia de Acessibilidade Integrada, que propõe um sistema integrado com visão dos quatro elementos que a legislação prevê para garantia da acessibilidade: edificações, meio urbano, sistema de transporte urbano e comunicação.

Fonte: Imprensa MPBA (Texto adaptado)

[Leia na íntegra](#)

## Município de Juazeiro é acionado para corrigir irregularidades em unidade de ensino

Irregularidades detectadas na Escola Municipal Paulo VI, localizada em Juazeiro, levaram o Ministério Público estadual a acionar o Município, no dia 3 de junho. Na ação, a promotora de Justiça Rita de Cássia Rodrigues de Souza informa que a unidade de ensino “tem condições insatisfatórias de funcionamento com relação às obrigações sanitárias, de saúde pública e de segurança coletiva”. Ela solicita à Justiça que determine ao Município que promova a recuperação e manutenção da unidade de ensino, com adaptações e aquisição de equipamentos imprescindíveis ao adequado funcionamento de acordo com as normas estabelecidas pelo Sistema de Vigilância Sanitária.

Segundo Rita Rodrigues, a unidade de ensino não atende as exigências normativas pertinentes à proteção contra incêndio e pânico. A escola não conta sequer com extintor de incêndio, afirma a promotora. Ela pede à Justiça que obrigue o Município a instalar medidas de prevenção contra incêndio e pânico, com implantação de extintores e alarme de incêndio; adequar o sistema de abastecimento de água e as instalações elétricas; adequar rotas acessíveis (rampas, corrimão, desníveis) e bebedouros para crianças de baixa estatura e cadeirantes; implantar sanitários acessíveis; dentre outras.

Fonte: Imprensa MPBA (Texto adaptado) [Leia na íntegra](#)

# 1º Roda de conversa do PME 2022

O CEDUC participou, no dia 09/06, da LIVE – 1ª RODA DE CONVERSA DO PME 2022, elaborada pela Equipe Técnica Estadual de Monitoramento e Avaliação do PME, COPE-SGINF-SEC/BA. Na oportunidade o coordenador do CAO, Adalvo Nunes Dourado e o pedagogo Sérgio Gomes realizaram uma fala sobre o olhar do Monitoramento e Avaliação do PME na perspectiva do Ministério Público.

O material do encontro pode ser acessado no link abaixo:

<https://ava.educacao.ba.gov.br/course/view.php?id=60>





## Escola Politécnica Brasileira firma acordo com MP para regularizar funcionamento dos cursos técnicos à distância

O Ministério Público estadual, por meio da promotora de Justiça Thelma Leal, firmou no dia 04 de julho um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com a Escola Brasileira Politécnica para regularizar o funcionamento dos cursos técnicos à distância. No documento, a Escola Politécnica Brasileira se comprometeu a comparecer presencialmente na sede do Conselho Estadual de Educação (CEE), em até dez dias a fim de solicitar o credenciamento da instituição e a autorização para funcionamento dos cursos técnicos de nível médio.

Segundo a promotora de Justiça Thelma Leal, a instituição de ensino oferta cursos técnicos à distância sem o devido credenciamento e sem autorização para funcionamento de seus cursos. “A Escola Politécnica Brasileira oferta mais de 20 cursos técnicos em formato de educação à distância, em mais de 250 polos em vários estados da federação, inclusive na Bahia”, destacou a promotora de Justiça. No TAC, a instituição de ensino se comprometeu ainda a não efetuar a matrícula de novos estudantes nos cursos ofertados na Bahia, até que o CEE manifeste-se acerca do deferimento da autorização para funcionamento e a pagar uma indenização no valor de R\$ 30 mil a título de ressarcimento coletivo aos consumidores em decorrência da atuação irregular. O valor será destinado as Obras Sociais Irmã Dulce. “A matrícula nos semestres letivos de estudantes veteranos não será prejudicada, diante da necessidade de continuação das atividades pedagógicas”, ressaltou a promotora de Justiça.

Redator: Milena Miranda DRT Ba 2510

# Expediente

Procuradora Geral de Justiça  
Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti

CEDUC  
Coordenador  
Adalvo Nunes Dourado Júnior

Equipe  
Cristiane Moreira Araújo  
Elizabeth Alves Silva Ferreira  
Elaine Jansen Pereira  
José Sergio Gomes da Silva  
Iracema dos Santos Lemos  
Patricia Souza Gomes A. de Oliveira  
Rafael Augusto Mansur Goes

Organização e Produção do Boletim  
Elizabeth Alves Silva Ferreira  
José Sérgio Gomes da Silva

☐  
☎ Ceduc@mpba.mp.br  
☎ 3103-0385  
☎ 3103-0387  
☎ 3103-0388



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA  
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DA EDUCAÇÃO – CEDUC  
5ª Avenida, nº 750, do CAB - Salvador, BA - Brasil - CEP: 41.745-004



Edições Anteriores  
Clique aqui

Índice

